



## Aumento para Defensoria abre pauta do semestre no Plenário

Decisão final sobre reajuste escalonado, até 2018, para defensores públicos da União deve sair nesta semana. Análise do texto começou em julho

**N**a semana de retomada dos trabalhos deliberativos, os senadores devem votar um dos projetos sobre reajuste salarial para carreiras públicas que ficaram pendentes de análise no primeiro semestre. A proposta prevê aumento de 8,6%, parcelado até 2018, para o defensor público-geral federal. Os demais defensores também terão reajuste. A pauta do Plenário ainda inclui benefícios sociais a agentes de saúde, novo limite para a dívida da União e alíquota máxima de ICMS para o querosene de aviação. **7**



Marcia Mariz/Agência Senado — 13/7/2016

Votações no Plenário do Senado serão retomadas nesta semana: além do aumento para a Defensoria, pauta inclui projetos com urgência e votação suplementar

## TV Senado ganha sinal digital em Maceió

Christian Knepper/Embanur



Mais de 1 milhão de moradores da Região Metropolitana de Maceió passaram a ter, desde sexta-feira, acesso ao sinal digital da TV Senado pelo canal 35.1 UHF digital e pelo celular. A tecnologia de multiprogramação possibilita o compartilhamento do canal com parceiros. **6**

Em Maceió, a TV Senado opera em parceria com a TV Câmara e o Tribunal de Contas de Alagoas

## ARQUIVO **S**

### Senado teve papel na estreia do país em Olimpíadas, em 1920

Primeira participação do Brasil nos Jogos Olímpicos foi na Antuérpia (Bélgica), em 1920. Foi graças a um projeto do

Senado sancionado pelo presidente Epitácio Pessoa que o governo teve dinheiro para enviar atletas ao evento. **4 e 5**



Governo da Bahia

Equipe de nado sincronizado treina para Rio 2016, que se inicia na sexta

**Congresso se reúne amanhã e analisa vetos presidenciais **8****

**Comissão Mista de Orçamento retoma votação da LDO **7****

**Site multimídia traz material de comissões e do Plenário **6****

**Senado**  
transparente

### Projeto Jovem Senador: escolas têm prazo para enviar redações

Escolas públicas que participam do Projeto Jovem Senador têm até o dia 19 para enviar às secretarias estaduais de Educação as redações de seus alunos. O estudante que fizer a melhor

redação em cada estado terá a oportunidade de vivenciar o trabalho dos senadores durante uma semana em Brasília. O tema da redação neste ano é "Esporte, educação e inclusão". **2**

Marcia Mariz/Agência Senado — 28/7/2016



Gleisi Hoffmann e José Eduardo Cardozo: alegação final da defesa nega crime

## Parecer sobre Dilma será entregue amanhã

O relator da Comissão Especial do Impeachment, Antonio Anastasia, apresenta parecer final aceitando ou não a denúncia contra a presidente afastada Dilma Rousseff por crime de responsabilidade. Após a leitura, os senadores terão prazo de 24 horas para a análise do documento. Aliados da presidente afastada devem entregar um texto alternativo ao de Anastasia. **3**



Senado seleciona, por concurso nacional de redação, 27 alunos de escolas públicas para atuar como jovens senadores por uma semana. Em ano de Olimpíadas, o tema é “Esporte, educação e inclusão”

# Escolas têm até dia 19 para enviar redações de concurso



TERMINA NO DIA 19 de agosto o prazo para que as escolas públicas enviem as redações do Projeto Jovem Senador para as secretarias estaduais de Educação. O programa, que anualmente seleciona o autor da melhor redação em cada estado, oferece aos estudantes a oportunidade de atuar como senador durante uma semana.

O tema deste ano do concurso de redação, que seleciona os participantes, é “Esporte, educação e inclusão”. Cabe às secretarias de Educação a escolha dos três melhores textos de cada estado, que devem ser enviados ao Senado até 23 de setembro. Na última etapa, no Senado, uma comissão julgadora avalia as redações e escolhe as 27 finalistas. Também são classificadas as três primeiras colocadas do país.

O anúncio dos vencedores



Jovens senadores selecionados em 2015 votam propostas no Plenário do Senado

acontecerá até 14 de outubro. Em 28 de novembro, os 27 finalistas chegarão a Brasília com passagens, hospedagem e alimentação garantidas para vivenciarem o mandato de senador por uma semana, participando de reuniões nas comissões e sessões do Plenário. Eles receberão notebook, medalha e certificado de participação. Os jovens serão acompanhados pelos professores orientadores das redações, os quais participarão de curso sobre a atividade legislativa.

Em suas oito edições, o Jovem Senador recebeu mais de 200 mil redações, envolveu cerca de 600 mil alunos e contou com a participação de 16 mil professores. O projeto é uma parceria entre a Secretaria-Geral da Mesa, a Secretaria de Comunicação e a Consultoria Legislativa do Senado. A Secretaria de Relações Públicas organiza o projeto.

## Dever cumprido

Em 2015, a estudante Maria Clara Prado Bezerra conquistou o terceiro lugar no concurso de redação e atuou como jovem senadora. Natural de Aracaju, ela tem 17 anos e cursa o 3º ano do ensino médio. Segundo ela, a participação no programa foi a realização de um sonho.

— A semana em Brasília foi muito especial. A equipe do Jovem Senador nos mostrou o que é preciso para acreditarmos no nosso país e no nosso poder de mudança — diz ela.

Maria Clara destacou sua participação na proposta que trata da obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa usada em obras públicas. Na justificativa do texto, os alunos que a elaboraram afirmam que “preservar as florestas é um dever que precisa do apoio de toda a comunidade”. A proposta, já transformada em projeto de lei (PLS 234/2016), está em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa (CDH).

— Foi uma felicidade muito grande para mim e meus amigos. Uma verdadeira sensação de dever cumprido — disse.

Outra conquista, afirma a estudante, foi ter sido chamada pela Secretaria de Educação de Sergipe para carregar a tocha olímpica na passagem da chama pela capital sergipana.

Aos 16 anos, a maranhense Cindyneia Cantanhede participou do Jovem Senador no ano passado. Apesar da pouca idade, ela atua em projetos sociais voltados para adolescentes e faz palestras para estudantes, gratuitamente, em escolas públicas do estado.

Cindyneia relata que a experiência como jovem senadora foi transformadora, já que aprendeu sobre liderança e trabalho em equipe, além de ter compreendido o exercício político de forma mais ampla.

— Aprendemos sobre todas as fases do processo legislativo, como a elaboração de leis, debates e votação. E tivemos a oportunidade de colocar esse conhecimento em prática através das sugestões legislativas que elaboramos — disse.

A estudante foi responsável pela sugestão legislativa que trata do reconhecimento de experiências extraescolares na seleção para o ensino superior (SUG 2/2016). Atualmente, a proposta tramita na CDH.

No Senado, os estudantes são supervisionados por consultores, apresentam e debatem projetos, que, caso aprovados pelo grupo, serão encaminhados à CDH como sugestão legislativa. Se acolhidos, passarão a tramitar como projeto de lei no Senado. Desde 2011, os jovens senadores apresentaram 42 propostas. Do total, 37 viraram projeto de lei, 2 tramitam como proposta de emenda à Constituição e 3 ainda serão analisadas pela CDH.

Regulamento e mais informações: [www.senado.leg.br/jovemsenador](http://www.senado.leg.br/jovemsenador)

# União poderá financiar ensino superior em troca de mais vagas

As instituições de educação superior (IES) públicas e privadas poderão receber incentivos da União, com financiamento ou abatimento de dívidas, para ofertar mais vagas ou bolsas de estudos. É o que determina o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 229/2007, que está pronto para ser votado na Comissão de Educação (CE).

Pelo texto, a União poderá financiar as universidades estaduais e municipais por meio de consórcios. Também poderá renegociar parte das dívidas dos estados e muni-

cípios, tendo como contrapartida o aumento de vagas.

A União poderá ainda renegociar dívidas das faculdades privadas, em troca do aumento do número de bolsas de estudo. Terão prioridade cursos da área da saúde, de licenciaturas e de pedagogia.

O projeto original é de Paulo Paim (PT-RS). O texto recebeu substitutivo de Cristovam Buarque (PPS-DF). A proposta é terminativa na CE: se aprovada, poderá ser enviada à Câmara dos Deputados caso não haja recurso para votação pelo Plenário.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA  
TERÇA  
QUARTA  
QUINTA

- CDH Demissão de sindicalistas**  
9h Audiência pública interativa discute a demissão de dirigentes sindicais.
- PLENÁRIO Pronunciamentos**  
14h Sessão não deliberativa, destinada a discursos e avisos da Mesa.
- CCT Marco Legal da Ciência**  
8h45 A comissão promove o seminário O Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação: instrumentação de ambiente menos propenso a crises.
- CDH/CAS Ministro do Trabalho**  
9h Audiência pública conjunta com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que fala sobre a continuidade das políticas públicas da pasta.
- AERONÁUTICA Aviação experimental**  
9h A comissão faz audiência interativa sobre aviação experimental e aerodesporto.
- CMA Fechamento dos lixões**  
9h30 Audiência pública interativa debate responsabilidades pelo descumprimento do prazo legal para fechamento dos lixões.
- CAE Reunião deliberativa**  
10h O PLC 169/2015, que proíbe o pagamento antecipado na administração pública, é um dos itens da pauta da comissão.
- IMPEACHMENT Relatório final**  
12h A Comissão Especial do Impeachment faz a leitura do relatório final.
- CDH Violência no campo**  
14h Ciclo de debates discute a crise política, econômica, social e ética à luz dos direitos humanos, com foco na violência no campo.
- ORÇAMENTO Destaques à LDO 2017**  
14h Reunião do colegiado de líderes. Logo após, reunião ordinária para apreciar a MP 736/2016, que libera R\$ 2,9 bilhões para a segurança das Olimpíadas, e destaques ao PLN 2/2016, que trata da LDO de 2017.
- MP 724/2016 Cadastro rural**  
14h30 Audiência interativa para instruir a medida provisória, que prorroga o prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural.

- MP 729/2016 Educação infantil**  
14h30 A comissão mista responsável pela medida provisória (que cria novas regras de repasses a municípios para ampliação da educação infantil) analisa requerimentos.
- MP 731/2016 Extinção de cargos**  
14h30 Comissão mista analisa relatório à MP, que trata de extinção de cargos e criação de funções comissionadas no Executivo.
- CONGRESSO LDO 2017**  
19h Sessão conjunta para apreciação de vetos, de projetos de créditos suplementares e do PLN 2/2016, que trata da LDO de 2017.
- CAS Desfibrilador cardíaco**  
9h Na pauta da comissão, está, entre outros, o SCD 23/2015, que exige desfibriladores cardíacos em locais movimentados.
- CDR Estâncias turísticas**  
9h Audiência pública interativa para instruir o PLC 147/2015, que define condições para a classificação de estâncias turísticas.
- CCJ Salário de ministro do STF**  
10h O PLC 27/2016, que aumenta o salário de ministros do STF, é um dos projetos em pauta.
- IMPEACHMENT Relatório final**  
11h A comissão discute o relatório final.
- MP 724/2016 Cadastro rural**  
14h30 Comissão responsável pela medida, que prorroga o prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural, analisa relatório.
- MP 727/2016 Parceria de investimento**  
14h30 Reunião da comissão da MP que cria o Programa de Parcerias de Investimentos.
- CRE Sabatinas**  
10h Sabatina de embaixadores indicados para o Panamá, a Rússia e o Kuwait e leitura de relatórios com indicações a embaixadas em Angola, Estados Unidos e Portugal, do representante permanente do Brasil nas Nações Unidas e do chefe da Missão do Brasil na União Europeia.
- IMPEACHMENT Votação do relatório**  
11h A comissão vota o relatório final.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## Prazos

até 19/AGO

Envio das redações escolhidas pelas escolas à secretaria de Educação do estado.



até 23/SET

Envio, ao Senado, das três redações escolhidas pela secretaria de Educação.



até 14/OUT

Reunião da comissão julgadora do Senado.



Divulgação do resultado do Concurso de Redação.

28/NOV

Chegada a Brasília dos 27 alunos finalistas, de seus professores orientadores e da comitiva do primeiro lugar.



Início das atividades do Jovem Senador.

29/NOV

Cerimônia de premiação do Concurso de Redação.



Posse dos jovens senadores e eleição da Mesa Jovem.

Partida da comitiva do primeiro lugar.

30/NOV e 1º/DEZ

Trabalho legislativo no Jovem Senador.



2/DEZ

Trabalho legislativo no Jovem Senador (votação e aprovação dos projetos de lei).



3/DEZ

Partida dos alunos finalistas e de seus professores orientadores.





# Relator do impeachment entrega parecer final

Antonio Anastasia apresenta seu relatório à comissão especial amanhã, mas aliados de Dilma devem elaborar um texto alternativo ao do relator

O RELATOR DA Comissão Especial do Impeachment, Antonio Anastasia (PSDB-MG), apresenta amanhã seu relatório final. Após a leitura, será dado aos senadores um prazo de 24 horas para a análise do documento, a chamada vista. Também amanhã os aliados da presidente afastada, Dilma Rousseff, devem entregar um texto alternativo ao de Anastasia.

Além disso, segundo a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), os senadores aliados de Dilma apresentarão dois requerimentos. Um deles pede o depoimento do procurador da República no Distrito Federal Ivan Marx. Ele recomendou o arquivamento de processo que investiga a prática de crime de responsabilidade pela equipe econômica de Dilma no atraso de pagamento da União ao BNDES. Na avaliação do procurador, não existiram pedaladas fiscais nesse caso.

Com base nesse parecer, os aliados de Dilma solicitarão ainda a retirada da denúncia relativa às pedaladas relacionadas ao Plano Safra.

— É um fato que veio após a fase de instrução e que o Senado desconhecia. Não é possível o Senado, como órgão julgador, desconhecer o parecer de um procurador que não vê crime nessa ação, que deu base para



O presidente da comissão, Raimundo Lira (D), e o relator, Antonio Anastasia

o processo de impeachment — declarou Gleisi.

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS), que é favorável ao afastamento definitivo de Dilma, acredita que os requerimentos serão rejeitados:

— Não é mais possível, essa fase já se encerrou. Esse não é um processo penal em que se pode alegar fatos novos, e não há fato novo; é apenas a opinião de mais um procurador.

## Calendário

O cronograma da comissão prevê que a discussão do relatório seja feita na quarta-feira e a votação, na quinta-feira. Se for aprovado na comissão, o texto seguirá para o Plenário, onde deverá ser votado na próxima terça-feira, dia 9 de agosto.

Esse rito será presidido

pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski. É necessária maioria simples de votos para que o processo prossiga para sua última etapa.

O julgamento do impeachment, que decidirá se Dilma será ou não afastada definitivamente, deve acontecer no fim de agosto, conforme o presidente do Senado, Renan Calheiros. O julgamento também será presidido por Lewandowski. A votação será nominal, com os senadores proferindo seus votos um a um. A condenação só acontecerá se no mínimo 54 senadores declararem que a presidente cometeu crime de responsabilidade. Caso isso aconteça, Dilma será afastada definitivamente do cargo.

## Próximos passos

AGOSTO	amanhã, às 12h	Leitura do parecer na comissão e vista coletiva
	quarta-feira, às 11h	Discussão do parecer na comissão
	quinta-feira, às 11h	Votação do parecer na comissão
	sexta-feira	Leitura do parecer em Plenário
	terça-feira dia 9	Discussão e votação do parecer no Plenário



Advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo entrega documento à comissão

## Defesa encaminha últimas alegações e pede absolvição de Dilma Rousseff

O advogado de Dilma Rousseff, José Eduardo Cardozo, entregou na quinta-feira as alegações finais da defesa da presidente afastada à Comissão Especial do Impeachment. De acordo com ele, o documento prova que a presidente não cometeu qualquer tipo de crime que justifique seu impedimento.

— É uma peça que sintetiza todas as provas que foram reunidas: testemunhas, perícia, prova documental. Tudo foi sintetizado e é feita uma análise das duas denúncias. Vários fatos surgiram ao longo do tempo, um deles foi a proposta de arquivamento que o Ministério Público Federal fez do inquérito que trata das pedaladas, as quais, segundo o procurador, não são operação de crédito — disse Cardozo.

O advogado mostrou-se confiante na possibilidade de os senadores absolverem Dilma Rousseff.

— Se for um julgamento justo, mesmo político, a absolvição é clara, não há prova nenhuma — afirmou Cardozo, que voltou a chamar o processo de golpe.

Ele acrescentou que há a possibilidade de a presidente afastada fazer sua própria defesa no julgamento final do processo de impeachment, que ocorrerá no Plenário do Senado se a comissão especial decidir pela aceitação das acusações contra Dilma.

A entrega das alegações finais estava prevista para quarta-feira passada, mas o presidente da comissão, Raimundo Lira (PMDB-PB), concedeu mais um dia a Cardozo devido à suspensão dos serviços do site do Senado para manutenção programada, ocorrida nos dias 23 e 24 de julho.

Veja as alegações da defesa: <http://bit.ly/alegacoesDefesa>

## Acusação alega que a presidente cometeu irregularidades para se “perpetuar no poder”

As alegações finais da acusação no processo contra Dilma Rousseff foram apresentadas à Comissão do Impeachment no dia 12 de julho. Para a acusação, a presidente cometeu crimes de responsabilidade como parte de um modus operandi de governo para se “perpetuar no poder”.

O texto rebate a tese de que o impeachment seria “golpe de Estado”. A acusação lembra que a OAB lançou uma representação posterior contendo os mesmos decretos orçamentários e “pedaladas fiscais”.

Veja as alegações da acusação: <http://bit.ly/alegacoesAcusacao>

## Imprensa pode se credenciar para sessão de pronúncia

A cobertura da sessão de pronúncia no processo de impeachment, convocada para o dia 9, será franqueada a profissionais de imprensa cadastrados pelo Senado. Nessa sessão, o Plenário do Senado votará o parecer aprovado pela Comissão Especial do Impeachment.

Novas credenciais podem

ser solicitadas até sexta-feira, no Serviço de Credenciamento de Imprensa, localizado no Anexo II, Bloco B, Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal, ao lado do restaurante dos senadores.

Os profissionais de imprensa que possuem credenciais em vigor não precisam encaminhar novas solicitações.

### NOVOS CREDENCIAMENTOS

**Prazo:** até sexta-feira, 5 de agosto

No caso de solicitação de credenciamento provisório, será admitida a apresentação de documentação por e-mail: [credenciamento.imprensa@senado.leg.br](mailto:credenciamento.imprensa@senado.leg.br)

**Informações:**  
(61) 3303-5244 • 3303-1296 • 3303-3031  
<http://bit.ly/credencial2016>

## Senadores consideram não haver crime de responsabilidade

No dia 22 de julho, quatro senadores discursaram em Plenário contra o impeachment de Dilma Rousseff. Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Roberto Requião (PMDB-PR), não houve crime de responsabilidade nos atos da presidente afastada.

Gleisi pediu o fim do processo de impeachment, frente à manifestação do Ministério Público. Segundo a senadora, o órgão constatou que os atrasos das subvenções do Plano Safra em 2015 (as pedaladas fiscais) não configuram

operação de crédito de banco público à União. Gleisi também criticou medidas adotadas pelo governo interino, como a revisão de auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez.

Já para Vanessa, “a maioria da população sabe que Dilma foi afastada por ter perdido apoio parlamentar e não por ter cometido crime de responsabilidade”. Para ela, a presidente deve voltar ao poder e promover a antecipação das eleições.

— A crise da democracia não pode ser resolvida a não ser com a própria

democracia — disse.

Lindbergh leu trechos de uma sentença do Tribunal Internacional pela Democracia no Brasil, júri formado por dez especialistas europeus e latino-americanos, que defendeu a tese de que o processo de impeachment tem características de um “golpe de Estado” e afronta a Constituição brasileira, a Convenção Americana de Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

Já Requião avaliou que o Estado de bem-estar social — com respeito à igualdade de gênero, aos direitos do

trabalhador, às minorias e à sustentabilidade — é um obstáculo à ação do capital não produtivo e especulativo. Esses exploradores do trabalhador, disse o senador, reagem com base num tripé de precarização, primeiro do Executivo (que passa a ser entendido como um Estado-polícia, para segurar o protesto do povo, e o Banco Central passa a ser o verdadeiro governo), depois do Parlamento (que fica nas mãos dos financiadores de campanhas) e, em terceiro, do trabalho. Para ele, isso gerou o afastamento de Dilma e a crise brasileira.



# Senado ajudou país a fazer história nas Olimpíadas

Senadores foram decisivos ao garantir recursos para que o Brasil estivesse nos Jogos Olímpicos, quase 100 anos atrás, e ao aprovar lei, na década passada, que garantiu ao esporte uma fonte permanente de recursos

André Fontenelle

A FALTA DE dinheiro foi um problema crônico do esporte olímpico brasileiro ao longo do século 20. Desde os Jogos de Antuérpia, na Bélgica, em 1920 — primeira participação do Brasil

numa Olimpíada —, a viagem da delegação nacional sempre foi prejudicada pela escassez de recursos. O Brasil até deixou de figurar numa edição dos Jogos por motivos financeiros — em Amsterdã, em 1928. A questão só foi resolvida em

2001, com a Lei Agnelo-Piva. Nascida de um projeto do então senador Pedro Piva, a lei destinou parte da arrecadação das loterias para o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e para o Paralímpico Brasileiro (CPB). Isso representou uma fonte permanente e estável

de recursos para a preparação dos atletas brasileiros. Nos Jogos do Rio de Janeiro, que serão abertos oficialmente nesta sexta-feira, numa cerimônia no estádio do Maracanã, espera-se que o Brasil fique pela primeira vez entre os dez primeiros colocados no

quadro de medalhas.

Em diversas ocasiões, o Parlamento participou das negociações para custear o envio de equipes aos Jogos. Às vésperas da abertura da 31ª Olimpíada da era moderna — a primeira organizada por um país sul-

-americano —, o Arquivo S conta a história do envolvimento do Senado com o esporte desde a primeira participação olímpica brasileira, ilustrada por dois episódios: a presença nos Jogos de 1920 e o processo que levou à aprovação da Lei Agnelo-Piva.

## Senadores aprovaram verba que permitiu que brasileiros competissem pela 1ª vez, nos Jogos da Bélgica, em 1920

Nas primeiras cinco edições dos Jogos Olímpicos da era moderna, entre 1896 e 1912, o Brasil não enviou atletas. Das modalidades olímpicas então em disputa, apenas duas — o remo e o futebol — eram praticadas em bom nível no país. O intercâmbio com outras nações era quase inexistente e o interesse pelos Jogos era nulo.

Isso mudou em 1920, quando a Bélgica organizou na cidade de Antuérpia a primeira Olimpíada após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O Brasil foi convidado a participar e tinha razões diplomáticas para se fazer presente.

O rei da Bélgica, Alberto I, iria visitar o Brasil um mês depois dos Jogos. Era a primeira vez que um monarca europeu desembarcava na jovem República brasileira, e aceitar o convite era um gesto de cortesia quase obrigatório para o governo do presidente Epitácio Pessoa.

Para custear o envio de uma delegação, o Senado apresentou o Projeto 3, que, após ser emendado pela Câmara dos Deputados, autorizou a liberação de 150 contos de réis para “expediente, material, viagem e estadia dos representantes das sociedades esportivas brasileiras que tenham de comparecer à Olimpíada Internacional de Antuérpia”.

O presidente do Comitê Olímpico Nacional (precursor do atual Comitê Olímpico do Brasil) era um senador, Fernando Mendes de Almeida (MA), o que deve ter contribuído para a aprovação do projeto.

### Viagem na 3ª classe

O Arquivo do Senado, em Brasília, guarda cópias tanto do parecer favorável quanto do decreto com a assinatura presidencial.

Um detalhe curioso é que o decreto só foi sancionado por Epitácio em 7 de agosto de 1920, quando a delegação brasileira já se encontrava na Europa. A cerimônia de abertura dos Jogos ocorreria dali a uma semana, no dia 14, e a viagem de navio para a Bélgica, cheia de escalas, levava quase um mês. Além disso, nossa participação nas Olimpíadas começaria duas semanas antes da

abertura oficial: as provas de tiro em que os brasileiros estavam inscritos tiveram início no dia 2 — o que era normal na época. Ainda hoje o torneio olímpico de futebol, por questões de calendário, começa alguns dias antes da cerimônia de abertura.

O embarque da equipe ocorreu no dia 3 de julho, no transatlântico Curvello, e os atletas tiveram que viajar na terceira classe por falta de dinheiro para comprar passagens melhores.

### Vaquinha

Mesmo assim, o Brasil foi muito bem-sucedido em sua primeira participação, ganhando três medalhas: uma de ouro (Guilherme Paraense, em pistola militar a 30 metros), uma de prata (Afrânio da Costa, em pistola livre a 50 metros) e uma de bronze (por equipes, também em pistola livre a 50 metros).

Ao todo, o Brasil competiu com 16 atletas no tiro, na natação, no remo, nos saltos ornamentais e no polo aquático.

É difícil saber ao certo quantos atletas poderiam ter sido enviados com os 150 contos de réis liberados pelo governo, mas é possível fazer uma estimativa a partir de uma declaração dada em 1928 pelo presidente da Confederação Brasileira de Desportos, Renato Pacheco, ao diário carioca *O Jornal*. Segundo ele, com 720 contos de réis seria possível enviar uma delegação de 80 pessoas aos Jogos daquele ano, em Amsterdã. Corrigindo os valores de 1920 pela inflação da época, chega-se a algo em torno de 30 atletas.

A ideia inicial era também enviar uma equipe de futebol em 1920, o que representaria a primeira ida de um time brasileiro aos campos europeus. Provavelmente a demora na liberação da verba impediu a concretização desse plano. O Brasil tinha tudo para fazer boa figura. Em 1919, havia conquistado no Rio o Campeonato Sul-Americano, derrotando na final o Uruguai — os mesmos uruguaios que nos Jogos de Paris, em 1924, e de Amsterdã, em 1928, conquistariam a medalha de ouro, demonstrando que o futebol sul-americano era superior ao europeu. O craque

brasileiro era o centroavante Arthur Friedenreich. Nunca saberemos se ele teria ajudado a trazer já em 1920 a medalha de ouro olímpica que até hoje o futebol brasileiro persegue.

Em 1924, o governo de Arthur Bernardes decidiu não conceder verba para o envio de uma delegação para os Jogos de Paris. O país só se fez representar nas Olimpíadas porque o jornal *O Estado de S. Paulo* realizou uma subscrição pública (nome que era dado na época àquilo que hoje é chamado de *crowdfunding*) que permitiu mandar à França uma pequena equipe de atletismo, que não trouxe nenhuma medalha.

Dois remadores e um atirador também participaram em nome do Brasil nos Jogos de 1924, custeando do próprio bolso a viagem.

### Presidente irritado

Nem isso foi possível, porém, na Olimpíada seguinte, em 1928, em Amsterdã. O presidente Washington Luís não se mexeu para liberar recursos. Dizem que ele ficou resabiado por um episódio ocorrido um ano antes, num jogo de futebol. Paulistas e cariocas decidiam o Campeonato Brasileiro — na época o torneio era disputado por seleções estaduais, e não por clubes — no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro. Washington Luiz estava na tribuna, a primeira vez que um presidente da República, com seu ministério, comparecia a uma final de campeonato. Os paulistas, porém, se retiraram de campo no segundo tempo, inconformados com a marcação de um pênalti em favor do time do Rio. Contrariado, o presidente foi embora do estádio no meio da confusão e por esse motivo teria negado verba para a delegação brasileira no ano seguinte.

Amsterdã foi a última Olimpíada sem a participação brasileira. O Brasil tinha tudo para fazer boa figura. Desde os Jogos de Los Angeles, em 1932, o Brasil nunca mais deixou de se fazer representar.

Mas a penúria sempre foi a marca da maioria das participações brasileiras. A falta de



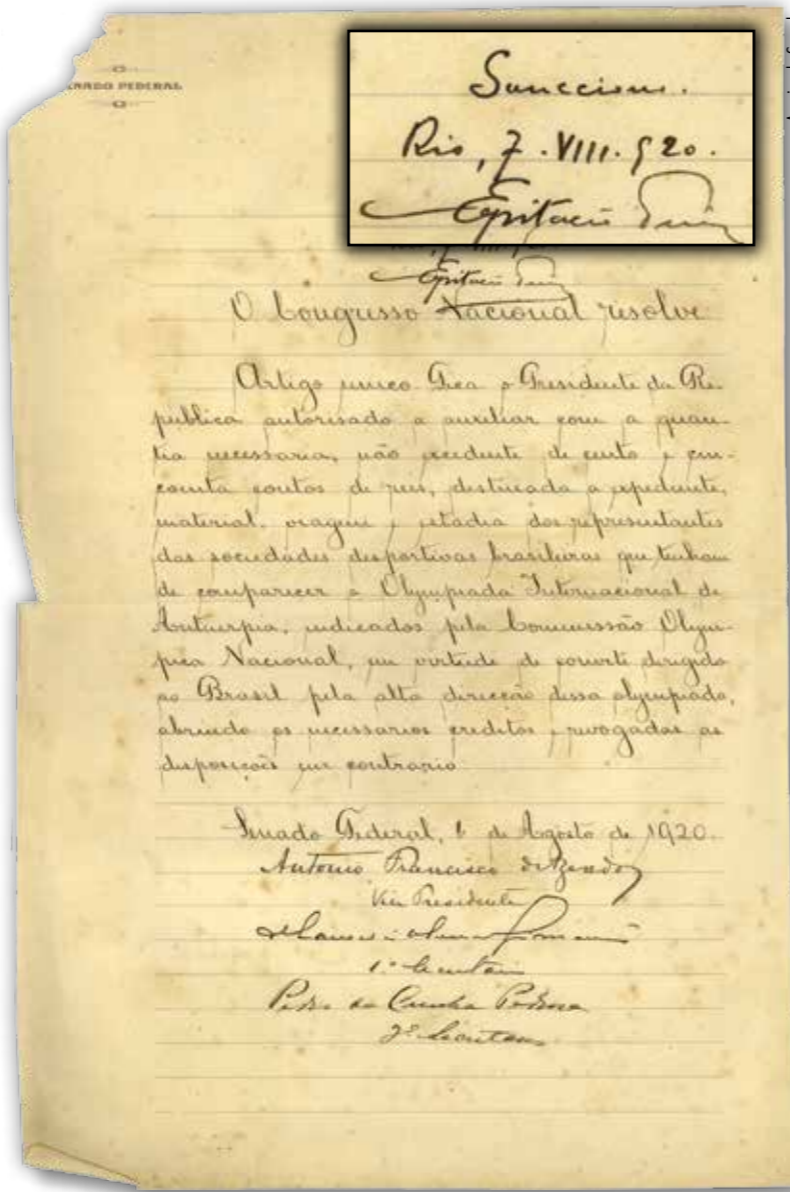
Atletas brasileiros desfilam na cerimônia de abertura dos Jogos de 1920, na Bélgica: governo liberou patrocínio em cima da hora

dinheiro para bancar a ida de todos os atletas classificados obrigava o Comitê Olímpico do Brasil (COB) a fazer escolhas, sempre desagradando este ou aquele esporte.

Nos Jogos de Sydney, em 2000,

o governo liberou na última hora uma verba de R\$ 10,5 milhões, salvando a delegação brasileira. O dinheiro chegou tão tarde que o COB teve que devolver uma parte, pois não dava mais tempo de gastar tudo.

O século 20 chegava ao final e o esporte brasileiro ainda padecia dos mesmos males de 1920. Só a partir dos Jogos de Atenas, em 2004, a situação começaria a mudar, graças a uma lei de iniciativa do Senado.



Arquivo do Senado guarda decreto de 1920, firmado por Epitácio Pessoa, que permitiu estreia do país em Olimpíadas

Arquivo do Senado

## Aprovada em 2001, Lei Piva acabou com carência de dinheiro no esporte

O problema da falta de dinheiro do esporte olímpico brasileiro começou a acabar em 17 de agosto de 1999, quando o então senador Pedro Piva (PSDB-SP) apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 491/1999, destinando ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) 10% da arrecadação bruta de todas as loterias federais.

O objetivo do projeto de lei do senador Piva era justamente acabar com a escassez de recursos do COB. Até então, a lei previa para o comitê apenas a arrecadação de um teste da Loteria Esportiva por ano (ou dois testes nos anos de Jogos Olímpicos ou Pan-Americanos). Isso representava irrisórios R\$ 300 mil por ano.

Mesmo complementando o orçamento com outras fontes, o papel do comitê se limitava a organizar o envio da delegação aos Jogos Olímpicos e a competições similares, como os Jogos Pan-Americanos. O COB não tinha ingerência sobre as confederações esportivas.

### Percentuais

Ao assumir a presidência do Comitê Olímpico do Brasil — cargo que ainda ocupa —, em 1995, Carlos Arthur Nuzman, ex-atleta e ex-dirigente do vôlei, passou a defender uma mudança, nos moldes do que já ocorria em outros países: o COB passaria a centralizar a preparação olímpica como um todo, decidindo onde aplicar os recursos. A mudança passava pela obtenção dessas verbas.

O próprio senador Piva,



Jogadores de vôlei atuam em Atenas, em 2004, na primeira edição da Olimpíada em que o Brasil teve verbas da Lei Piva

reconhecendo que o valor de 10% era alto demais, apresentou uma emenda reduzindo o índice para 2% — o que representava uma estimativa de R\$ 50 milhões anuais para o COB.

Em novembro de 1999, o projeto de Piva recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), mas não tramitou a tempo de ajudar o país nos Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000 — de onde o Brasil, aliás, voltou sem conseguir nenhuma medalha de ouro.

Aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto seguiu para a Câmara dos Deputados, onde já tramitava um projeto semelhante, do deputado Agnelo Queiroz (PCDoB-DF) — daí o nome Agnelo/Piva, adotado em 2003, quando o deputado tornou-se ministro do Esporte.

O substitutivo enviado pela Câmara dos Deputados ao Senado mantinha a essência do projeto de Piva, inclusive a quantia de 2%, alterando apenas a especificação da destinação dos recursos — 85% para o COB e 15% para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

### Esporte com metas

Em junho de 2001, o projeto de lei foi finalmente aprovado na CAE, seguindo em regime de urgência para votação no Plenário do Senado. Aprovado poucos dias depois, no mesmo mês, o texto foi para a sanção presidencial. Fernando Henrique Cardoso assinou a Lei 10.264 em 16 de julho de 2001.

Os recursos financeiros da Lei Agnelo/Piva começa-

ram a fazer efeito em 2002, revolucionando a hierarquia do esporte brasileiro. Com o poder de distribuir verbas, o COB passou a estabelecer metas de resultado para as confederações esportivas.

Muitas delas, principalmente as menores, que sempre tiveram dificuldade de obter patrocínio, passaram a orbitar em torno do comitê, que adquiriu na prática o papel de gestor do esporte.

Somente as entidades esportivas mais poderosas, sobretudo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), continuaram a operar com recursos próprios.

### Quadro de medalhas

Em 2015, a Lei Agnelo/Piva sofreu alterações. A porcentagem da arrecadação das loterias aumentou de 2% para 2,7% e o percentual destinado ao esporte paralímpico saltou de 15% para 37,04%.

A previsão é que esses números representem R\$ 220 milhões neste ano, distribuídos entre os esportes olímpico e paralímpico.

A melhor forma de aplicação dos recursos da lei é motivo de constante debate. Os críticos apontam que o número de medalhas do Brasil nas Olimpíadas pouco mudou. Em Sydney, em 2000, última edição antes da lei, o país ganhou 12 medalhas. Em Londres, em 2012, foram 17.

Outra crítica diz respeito à distribuição dos recursos, que se destinariam em grande parte a despesas administrativas.

Para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, que começam nesta semana, o COB tem como meta colocar o Brasil entre os dez primeiros colocados no quadro de medalhas, considerando a soma de ouros, pratas e bronzes. Por esse critério, o país ficou em 15º em Londres.

## Norma de 2006 incentiva doações a projetos esportivos

Depois da Lei Agnelo/Piva, outros textos aprovados pelo Congresso contribuíram para o financiamento do esporte. Um deles é a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438), de 2006, que permite que pessoas físicas e jurídicas deduzam parte do Imposto de Renda devido em favor de projetos esportivos.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 118/2006, do então deputado Bismarck Maia (PSDB-CE), recebeu emendas do senador Cristovam Buarque (então no PDT-DF, hoje no PPS-DF) e da então senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Similar à Lei Rouanet (Lei 8.313), que beneficia projetos culturais, a Lei de Incentivo ao Esporte enfrentou resistência da classe artística, que temia que as duas leis competissem pelos mesmos recursos. Isso não ocorreu. Em 2014, foram deduzidos R\$ 254,7 milhões em favor do esporte. Em 2015, a Lei Rouanet rendeu R\$ 1,1 bilhão à cultura.

Na esteira dessas leis, estados e municípios aprovaram legislações locais incentivando o esporte regional. Além disso, o esporte olímpico conta com o patrocínio de estatais e o apoio das Forças Armadas. Um terço dos atletas brasileiros nos Jogos do Rio é militar, resultado de um programa de incentivo ao esporte de alto rendimento iniciado em 2009.

Veja vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/olimpiadasenado>



# População de Maceió agora pode assistir à TV Senado em sinal digital

Transmissão digital do conteúdo produzido pela TV Senado permite a divulgação da atividade parlamentar em sinal aberto, 24 horas por dia

DESDE SEXTA-FEIRA, MACEIÓ tem acesso ao sinal digital da TV Senado. Os mais de 1 milhão de moradores da Região Metropolitana poderão acompanhar as notícias do Legislativo e a atuação dos senadores pelo canal 35.1 (UHF digital). O canal 35.2 será ocupado pela TV Câmara. E o 35.3 pela TV Cidadã, do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL). O sistema digital também permite assistir à TV Senado pelo celular.

O governador de Alagoas, Renan Filho, disse na inauguração das transmissões na



O governador Renan Filho (E), o presidente do TCE, Otávio Lessa (2º à dir.), e Renan Calheiros (D) na inauguração

sexta-feira, que a iniciativa do Senado e do TCE contribuiu para a transparência do setor público. Também participaram da cerimônia o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente do TCE-AL, Otávio Lessa.

A tecnologia digital de mul-

tiprogramação possibilita o compartilhamento do canal, o que reduz os custos de instalação. Em 2012, Senado e Câmara assinaram acordo pelo qual cada Casa instala e opera as duas emissoras em 13 capitais, abrindo espaço a um parceiro local. Em Maceió, o TCE assumiu o compromisso de arcar com os custos de aluguel da torre, de energia e de guarda dos equipamentos.

A transmissão digital do conteúdo integral produzido pelo Senado, Câmara e TCE permitirá a divulgação das atividades parlamentar e de fiscalização em sinal aberto, 24 horas por dia.

Em 2006, o Senado começou o projeto da Rede Senado de Televisão em sinal aberto gratuito para todo Brasil, utilizando o padrão analógico. Em 2011, foi instituída a Rede Senado de Rádio e TV Digital.

Por meio de um protocolo de intenções assinado com as assembleias legislativas e outras instituições parceiras nos estados, o Senado ad-

quire todos os equipamentos necessários à transmissão dos sinais das emissoras partícipes, entre elas a Câmara, e cede uma subcanalização do canal digital para cada entidade conveniada colocar à disposição do cidadão, em TV aberta, uma programação própria de 24 horas.

Hoje, estão em operação os canais digitais e analógicos da TV Senado em Belém, Boa Vista, Brasília, Cuiabá, Fortaleza, Gama (DF), João Pessoa, Macapá, Maceió, Manaus, Natal, Recife, Rio Branco, Salvador, São Luís e Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. E os canais digitais, em parceria com a Câmara, em Belo Horizonte, Cuiabá, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Natal, Palmas, Porto Alegre, Salvador, São Paulo e Vitória. A parceria também prevê a possibilidade de instalação da Rádio Senado, que já opera em FM em Brasília, Cuiabá, Fortaleza, João Pessoa, Macapá, Manaus, Natal, Rio Branco, São Luís e Teresina.

## Projeto prevê acesso a internet como direito social na Constituição

O Plenário pode abrir sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que acrescenta o acesso à internet na lista de direitos sociais. A PEC é do ex-senador Rodrigo Rollemberg, atual governador do Distrito Federal, que apontou a necessidade de acesso a novas tecnologias para o exercício de outras garantias previstas pela Constituição federal, como o direito à informação, à educação, ao trabalho e à remuneração digna.

A PEC 6/2011 foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 2015 e teve Ângela Portela (PT-RR) como relatora. Para ser aprovada, a PEC deve passar por dois turnos de discussão e votação no Plenário.



Pedro Franco/Agência Senado

## Proposta tenta impedir bloqueio do WhatsApp

Projeto de autoria de José Medeiros (PSD-MT) quer evitar a interrupção dos serviços promovidos por aplicativos de mensagens, como o WhatsApp. O PLS 200/2016 impede que a suspensão seja usada como medida coercitiva em investigação criminal ou processo judicial cível ou penal, especialmente contra empresas.

No dia 19 de julho, o WhatsApp foi suspenso pela Justiça e desbloqueado poucas horas depois pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski. O projeto está na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e será relatado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Depois, terá que passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir para a Câmara dos Deputados.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Canais das emissoras abertas da TV Senado

Belo Horizonte/MG	• 61.3 UHF digital
Boa Vista/RR	• 57.1 UHF digital
Cuiabá/MT	• 56 UHF analógico • 30.3 digital
Distrito Federal	• 51 UHF analógico • 50.1 a 50.4 UHF digital (Brasília) • 36 UHF (Gama)
Fortaleza/CE	• 43 UHF analógico • 61.2 UHF digital
Florianópolis/SC	• 61.3 digital
João Pessoa/PB	• 40 UHF • 41.1 e 61.1 UHF digital
Macapá/AP	• 57 UHF digital
Maceió/AL	• 35 digital
Manaus/AM	• 57 UHF analógico • 55.1 UHF digital
Natal/RN	• 51.2 UHF digital
Palmas/TO	• 61.3 UHF digital
Porto Alegre/RS	• 61.3 UHF digital
Porto Velho/RO	• 51 UHF
Recife/PE	• 55 UHF analógico • 61.3 UHF digital
Rio Branco/AC	• 16 UHF
Rio de Janeiro/RJ	• 49 UHF (Zona Oeste)
Salvador/BA	• 53 UHF
São Luís/MA	• 51.1 UHF digital

### VOZ DO BRASIL VAI TER HORÁRIO FLEXÍVEL NA OLÍMPIADA

O programa *A Voz do Brasil*, com notícia dos Três Poderes, que vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 19h às 20h, poderá ter a veiculação flexibilizada entre 5 de agosto e 18 de setembro, durante as Olimpíadas e as Paralimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. A possibilidade de veiculação entre as 19h e as 22h está na MP 742/2016, publicada em 26 de julho. A medida atende uma reivindicação das emissoras que querem transmitir as competições ao vivo, sem interrupção.

## Site traz registro multimídia da atividade legislativa

Os vídeos e áudios das reuniões das comissões e das sessões plenárias registrados pela Rádio Senado e TV Senado estão disponíveis para consulta on-line, download e compartilhamento em redes sociais no Portal Multimídia, lançado pela Secretaria de Comunicação Social do Senado em 20 de julho.

O portal ([www12.senado.leg.br/multimidia](http://www12.senado.leg.br/multimidia)) reúne a íntegra ou trechos das reuniões das comissões e sessões plenárias, a partir de 2 de maio deste ano. Tudo pode ser acessado em computador, tablet ou celular.

O projeto do Portal Multimídia foi iniciado há 11 anos, com a implantação do Centro de Documentação Multimídia

(Cedoc Multimídia), criado com o objetivo inicial de digitalizar os acervos da TV, Rádio e Agência Senado. Hoje, os acervos já encontram-se completamente digitalizados, somando mais de 73 mil horas de vídeo, 35 mil horas de áudio e mais de 400 mil fotografias, e as captações já são feitas em sistema digital.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



# Reajuste para defensores na pauta da semana

Aumento para Defensoria Pública da União é um dos projetos que o Senado deve votar no início do segundo semestre. Benefícios para agentes de saúde também estão na lista

NA SEMANA QUE abre o segundo semestre legislativo, o Senado deve votar o projeto que aumenta os salários da Defensoria Pública da União (PLC 32/2016), uma das pendências do primeiro semestre referentes aos reajustes para servidores públicos.

O projeto, que tem parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), fixa que o salário do defensor público-geral federal terá aumento de 8,6%, passando de R\$ 31.090,85 para R\$ 33.763,00.

Pelo texto, esse valor será efetivo em 2018 e atingido por quatro reajustes escalonados. Os defensores públicos receberão aumentos igualmente escalonados. Conforme anexo ao projeto, os subsídios deles oscilarão, em 1º de janeiro de



Plenário votou reajustes a outras categorias do funcionalismo público em julho

2018, entre R\$ 28.947,55 e R\$ 32.074,85.

## Pauta com urgência

Também na ordem do dia do Plenário, incluído em regime de urgência, o PLC 210/2015 garante a agentes de saúde

benefícios como ajuda de custo para fazer cursos na área, adicional de insalubridade e prioridade de atendimento no Minha Casa, Minha Vida. Os agentes também teriam o tempo de serviço na função contabilizado para todos os

fins previdenciários.

Já o PLS 389/2015 — Complementar, aprovado pela Comissão Especial do Pacto Federativo, quer proibir que os governantes promovam aumento de despesas com pessoal para vigorar após o fim de seus mandatos. A proposta, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), seguiu para o Plenário em regime de urgência.

Outro projeto com urgência na pauta do Plenário, o PRS 84/2007 fixa o limite global para o montante da dívida consolidada da União. O texto atende uma determinação da LRF de fixar limites que devem ser implementados totalmente em 15 anos. Para dar fim à chamada “contabilidade criativa”, o relator, José Serra (PSDB-SP),

propõe que o limite global de endividamento da União seja fixado também em termos da relação entre a dívida consolidada — dívida bruta — e a receita corrente líquida.

Também consta da pauta a discussão em turno único do PRS 55/2015, que fixa em 12% a alíquota máxima do ICMS nas operações internas com querosene de aviação. Como compete ao Senado legislar privativamente sobre alíquotas do ICMS, o texto não precisará passar pela Câmara.

Ainda deve ser apreciado, em turno suplementar, o projeto que regulamenta a prática das audiências de custódia e estipula prazo máximo de 24 horas para que um preso em flagrante seja levado diante de um juiz (PLS 554/2011).

# LDO 2017 pode ser votada por comissão e Congresso amanhã

As emendas e os destaques ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017, o PLN 2/2016, podem ser votados amanhã pela Comissão Mista Orçamento (CMO).

O texto-base da LDO foi aprovado em 14 de julho, prevendo um déficit de R\$ 139 bilhões. Foram apresentados 243 destaques, que visam à inclusão de emendas não aproveitadas. No total, 2.054 emendas foram registradas. Dessas, 1.096 foram rejeitadas, 155 foram aprovadas integralmente, 794 receberam aprovação parcial e 9 foram inadmitidas pelo relator, o senador Wellington Fagundes (PR-MT).

Ele inseriu, na LDO, a previsão de limitar as despesas primárias da União em 2017 aos gastos deste ano, incluindo os restos a pagar, corrigidos pela inflação oficial (IPCA). O texto ainda garante que os recursos destinados a investimentos em 2017 tenham valor igual aos de 2016, corrigida a inflação. Outra alteração é que quaisquer valores de uma redução do déficit primário serão destinados para pagamento da dívida pública, de restos a pagar de investimentos de anos anteriores e de benefícios assistenciais custeados pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, já marcou uma

sessão do Congresso também para amanhã, às 19h (*leia na página 8*). A expectativa é que a CMO finalize a votação da LDO antes da sessão do Congresso.

A LDO é o instrumento por meio do qual o governo estabelece as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício fi-

nanceiro subsequente, como as obras e os serviços mais importantes a serem realizados.

Também está na pauta da CMO a MP 734/2016, que obrigou a União a prestar apoio financeiro de R\$ 2,9 bilhões ao governo do Rio de Janeiro, que decretou estado de calamidade pública financeira em junho.

Dias depois da edição dessa medida, o governo Temer editou a MP 736/2016, que liberou os recursos para o governo do Rio por meio de crédito extraordinário. Os recursos estão sendo usados para auxiliar as despesas com segurança pública decorrentes da realização das Olimpíadas.



Texto-base da LDO, relatada por Wellington Fagundes (E), foi aprovado em julho

# Comissão especial deve analisar em agosto legalização de jogos de azar

## AGENDA BRASIL

A análise em Plenário do projeto que legaliza jogos de azar, como cassinos, bingo, jogo do bicho e videogames, deve ser retomada este mês. O PLS 186/2014 deveria ter sido votado em julho, mas não houve acordo sobre o texto final, de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, responsável pelos projetos da Agenda Brasil, já havia aprovado a proposta em março.

### Aprovados

Uma das prioridades legislativas do Senado, a Agenda Brasil é um conjunto de propostas para incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

Alguns dos projetos apro-

vados na comissão especial no primeiro semestre já foram enviados à Câmara. É o caso do projeto de Antonio Anastasia (PSDB-MG) que estabelece que os recursos arrecadados com as multas por tragédias ambientais devem ser aplicados na recuperação das localidades onde ocorreu o dano. O PLS 741/2015 teve como inspiração a tragédia do rompimento da barragem da mineradora Samarco, em Mariana (MG).

Outro projeto aprovado (PLS 187/2012), de Paulo Bauer (PSDB-SC), permite a dedução do Imposto de Renda de valores doados a projetos de reciclagem. A comissão também aprovou o substitutivo ao PLS 313/2011, do ex-senador Paulo Davim, que destina prêmios das loterias federais não procurados

ao financiamento estudantil dos cursos da área de saúde.

Também foi enviado à Câmara o projeto que aumenta o poder do Ministério Público e da polícia na investigação de crimes praticados por meio da internet. O PLS 730/2015 é do presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA).

### Em análise

Agora, a comissão está analisando o projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras (PLS 52/2013). Sob a relatoria de Simone Tebet (PMDB-MS), o projeto unifica as regras de gestão, poder e controle social das agências. O texto original é do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) e já havia sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na forma de substitutivo do senador licenciado Walter



Otto Alencar preside a comissão encarregada da Agenda Brasil

Pinheiro (sem partido-BA).

A comissão também começou a discutir o projeto de modernização da lei de licitações (PLS 559/2013).

### Votação

Já está pronto para ser votado em Plenário projeto que estabelece limite para a dívida consolidada da União, assim como já existe para estados e

municípios. O PRS 84/2007 é de José Serra (PSDB-SP).

Também estão prontas para votação duas propostas de emenda à Constituição (PEC). Uma delas é a PEC 46/2013, do ex-senador Vital do Rêgo, que disciplina a instituição de consórcio público, com personalidade jurídica de direito privado, constituído mediante iniciativa da União e adesão voluntária dos estados e do Distrito Federal, com o objetivo de atuar exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde e na atenção básica à saúde.

A segunda é a PEC 110/2015, de Aécio Neves (PSDB-MG), que estabelece percentuais máximos de cargos em comissão. Segundo o autor, a PEC visa reduzir a máquina pública e torná-la mais eficiente.



# Congresso analisa vetos presidenciais amanhã

Entre os vetos a serem avaliados por senadores e deputados, estão os feitos a projetos que afetam o Minha Casa, Minha Vida e o combate ao mosquito da dengue

O CONGRESSO VOTA amanhã, às 19h, 15 vetos presidenciais. Entre eles, está o veto do Executivo à reserva de 10% da verba da União para a construção de imóveis do Minha Casa, Minha Vida em cidades com menos de 50 mil habitantes (VET 13/2016). A razão do veto é que o mecanismo não prioriza o atendimento do programa nos municípios com maior déficit habitacional.

Também será votado o veto parcial ao projeto que proíbe o trabalho da gestante ou lactante em atividades ou locais insalubres, sem prejuízo do salário (VET 16/2016). O veto atinge o item que assegurava à empregada o pagamento integral do salário que vinha recebendo, incluindo o adicional de insalubridade. O governo argumentou que a proposta teria efeito contrário ao pretendido, pois o tempo da lactação pode se estender além do período de estabilidade no emprego e o custo adicional para o empregador poderia levá-lo a demitir a trabalhadora.

Os parlamentares devem deliberar ainda sobre o veto integral ao projeto que permite novo financiamento ao agricultor que renegociar



Senadores e deputados também poderão votar na sessão de amanhã do Congresso projeto que trata da LDO para 2017

dívida de crédito rural sem amortizar as prestações do contrato anterior (VET 19/2016). O projeto elimina a restrição à tomada de novos empréstimos mesmo que o mutuário não tenha feito o pagamento das parcelas previstas no contrato de renegociação. Segundo o governo, a revogação da obrigatoriedade de quitação dos contratos anteriores poderia causar inadimplência futura.

Será votado ainda o VET 23/2016, aplicado à medida

provisória que estabelece melhores condições para o refinanciamento de dívidas de caminhoneiros e prorroga o prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Na justificativa do veto ao dispositivo que concedia mais prazo e desconto para agricultores quitarem débitos referentes ao crédito rural, o presidente interino Michel Temer observa que o tema não diz respeito ao objeto inicial da MP. Ele também aponta inconstitu-

cionalidade na dispensa de exigência de certidão negativa de débitos para comprovação de adimplência com o sistema de seguridade social como condição para o recebimento de crédito da União.

Ainda deve ser analisado o VET 25/2016, apostado à MP que trata do combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Os artigos vetados concedem incentivos tributários à produção de repelentes, inseticidas, telas e mosquiteiros. Também foi vetada a

dedução, do Imposto de Renda, de doações ou investimento em ações de combate ao mosquito. Segundo o Executivo, não houve dimensionamento do impacto tributário das renúncias, que iriam contra o ajuste fiscal.

Também está na pauta da sessão o VET 20/2016. Temer vetou a vigência imediata do projeto que tornou obrigatório o uso do farol baixo em rodovias durante o dia. A medida foi sancionada no fim de maio, mas só começou a valer em 8 de julho. O objetivo de Temer foi dar mais tempo para a divulgação da nova exigência.

## LDO

Na mesma sessão do Congresso, a ser realizada na Câmara, poderá ser votado o PLN 3/2016, que destina recursos para viabilizar as eleições municipais deste ano. Ainda serão analisados o PLN 10/2016 e o PLN 11/2016, que remanejam a programação das emendas parlamentares impositivas com impedimento, e PLN 2/2016, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017.

Veja o conteúdo dos vetos:  
<http://bit.ly/vetos2agosto>

## Em julho, diversos projetos aprovados no Senado viraram lei

Diversos projetos aprovados pelo Congresso no primeiro semestre legislativo foram sancionados na segunda

quinzena de julho e publicados como lei no *Diário Oficial da União* (DOU). Entre os principais, estão o uso do FGTS como

garantia de empréstimo consignado, o controle de doping e a isenção fiscal nas Olimpíadas, reajustes para servidores

públicos civis e para as Forças Armadas, o imposto sobre remessas ao exterior e o código do setor aéreo.

### FGTS poderá ser usado para garantir empréstimos consignados

Foi sancionada a medida provisória que permite o uso de parte dos recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da multa rescisória como garantia de empréstimo consignado por trabalhador da iniciativa privada (MP 719/2016). A Lei 13.313/2016 foi publicada em 15 de julho no DOU.

A garantia poderá ser sobre até 10% do saldo individual da conta e sobre até 100% da multa paga pelo empregador em caso de demissão sem justa causa, despedida por culpa recíproca ou força maior. A medida foi aprovada no Senado no dia 13, relatada por Benedito de Lira (PP-AL).

### Imposto sobre remessas ao exterior passa de 25% para 6%

A Lei 13.315/2016, que reduz de 25% para 6% o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre a remessa de pagamentos destinados à cobertura de gastos pessoais no exterior, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais, foi publicada no *Diário Oficial* de 21 de julho.

A nova alíquota, com vigência até 31 de dezembro de 2019, vale para gastos de até R\$ 20 mil por mês. Para operadoras e agências de viagens cadastradas, o limite é de R\$ 10 mil. Até 31 de dezembro de 2015, essas operações eram isentas.

A lei resultou da MP 713/2016, aprovada no Senado em junho.

### Medida trata de controle de doping e de isenção fiscal nas Olimpíadas

A medida que compatibiliza a legislação do país e as normas internacionais sobre controle antidoping foi transformada na Lei 13.322/2016, publicada sexta-feira no DOU. A MP 718/2016 foi aprovada no Senado em 6 de julho.

O texto viabiliza a atuação da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. A MP permite que embarcações destinadas à hospedagem no período dos Jogos sejam isentas de tributos.

A medida também facilita, por meio de isenções de taxas e impostos, aquisições e contratações vinculadas à pesquisa, ao desenvolvimento ou à inovação no país.

### Participação total de capital estrangeiro no setor aéreo é vetada

Com cinco vetos, foi publicada em 26 de julho a Lei 13.319/2016, que promove mudanças na aviação (como o perdão de débitos da Infraero com a União, a criação de subsidiárias da estatal, a extinção do Adicional de Tarifa Aeroportuária e sua incorporação na composição das tarifas). Um dos vetos é sobre a possibilidade de participação de até 100% de capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras.

O texto original, da MP 714/2016, previa aumento de 20% para 49% nesse limite. No Senado, o texto foi aprovado em 29 de junho, depois de acordo para que fosse vetada essa mudança, feita na Câmara.

### Reajuste para servidores da Câmara vai ser escalonado até 2019

Os salários na Câmara dos Deputados terão reajuste escalonado entre 2016 e 2019. É o que estabelece a Lei 13.323/2016, publicada na sexta-feira. O texto tem origem no PLC 30/2016, aprovado no Senado em 12 de julho.

O reajuste vale para os servidores efetivos, dos cargos de natureza especial (CNE) e do secretariado parlamentar, e será estendido às aposentadorias e pensões. São 5,5% neste ano; 5% em janeiro do ano que vem; 4,8% a partir de 2018 e 4,5% a partir de 2019. O presidente interino Michel Temer vetou o artigo que estabelecia o efeito retroativo a 1º de janeiro de 2016.

### Correção salarial para TCU e Forças Armadas não será retroativa

Duas leis publicadas na quinta-feira concedem reajustes a servidores públicos. A Lei 13.320/2016 aumentou o salário de funcionários do Tribunal de Contas da União (TCU) e teve origem no PLC 31/2016. E a Lei 13.321/2016, que corrigiu o soldo de militares das Forças Armadas, originou-se no PLC 37/2016. Os projetos foram aprovados no Senado em 12 de julho.

Os funcionários do TCU terão aumento de 31,5% de maneira escalonada para o período entre janeiro de 2016 e janeiro de 2019. As funções de confiança também ganham o mesmo percentual. Não haverá pagamento retroativo.

### Sancionados aumentos para funcionários do Judiciário e MPF

Projetos que tratam de reajustes para servidores do Judiciário e do Ministério Público Federal (MPF) foram sancionados.

A Lei 13.316/2016, sobre o MPF, tem origem no PLC 26/2016, e a Lei 13.317/2016, sobre o Judiciário, no PLC 29/2016. Ambas foram publicadas no *Diário Oficial* na quinta-feira.

As propostas, aprovadas pelo Senado em 29 de junho, determinam reajuste de 41% dividido em oito parcelas aos servidores do Judiciário e de 12% aos funcionários do MPF.

Além do vencimento básico, as leis preveem aumentos da gratificação judiciária e dos cargos em comissão.